

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.128.716 - RJ (2017/0159693-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

AGRAVANTE : BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

ADVOGADOS : FABIANO DE CASTRO ROBALINHO CAVALCANTI E OUTRO(S) - RJ095237

CAETANO FALCÃO DE BERENGUER CESAR - RJ135124

LUIS TOMÁS ALVES DE ANDRADE - RJ169531

AGRAVADO : EDUARDO PEREZ SALUSSE

AGRAVADO : ADAMA EMPREENDIMENTOS LTDA

AGRAVADO : EGON ROBERT ENNS

AGRAVADO : GABRIEL GUY LEGER

AGRAVADO : MARCELO DE ALENCAR PAULA LEITE

AGRAVADO : MARCOS DELLA GIUSTINA

AGRAVADO : LIANE DELLA GIUSTINA

AGRAVADO : MAURÍCIO ROSEMBACH

AGRAVADO : KARLHEINZ ALVES NEUMANN

AGRAVADO : PAULO DELLA GIUSTINA

AGRAVADO : TERESA CRISTINA DELLA ENNS

AGRAVADO : PROTV - PRODUCAO DE VIDEO LTDA - EPP

AGRAVADO : RICARDO ROZENBLIT

AGRAVADO : ROBERTO FERREIRA SALES

AGRAVADO : SÉRGIO RICARDO NUTTI MARANGONI

ADVOGADO : EDUARDO BARROS MIRANDA PÉRILLIER E OUTRO(S) - RJ119157

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos de BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, objetivando a reforma da decisão de inadmissão do recurso interposto perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em face de acórdão assim ementado (e-STJ fl. 2.412):

AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. SUPOSTA MÁ GESTÃO EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS. PEDIDOS DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS EM CUMULAÇÃO COM A RECOMPOSIÇÃO DO RESPECTIVO PATRIMÔNIO AO MOMENTO ANTERIOR AO INÍCIO DAS PERDAS DOS FUNDOS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL. MONOCRÁTICA QUE A

Superior Tribunal de Justiça

ANULOU. NOVA IRRESIGNAÇÃO DA 1ª RÉ. OMISSÃO DE JULGAMENTO. *ERROR IN PROCEDENDO*. OMISSÃO QUANTO AO INGRESSO DE UM DOS DEMANDANTES EM MOMENTO POSTERIOR, ATRAVÉS DE EMENDA À INICIAL. SENTENÇA *CITRA PETITA*. VIOLAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 2º, 128, 459 E 460 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRECEDENTES DA INSTÂNCIA ESPECIAL E DESTA CORTE DE JUSTIÇA. AGRAVO QUE NÃO SE PRESTA A EMBASAR A REFORMA DE MONOCRÁTICA ISENTA DE *ERROR IN JUDICANDO*. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 2.430/2.434).

Sustenta estarem presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso especial (e-STJ fls. 2.522/2.535).

Com contraminuta (e-STJ fls. 2.542/2.554 e 2.557/2.565), os autos foram encaminhados a esta Corte.

No recurso especial, fundado no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, a parte recorrente aponta violação aos artigos 245, 459 e 460 do Código de Processo Civil de 1973; e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015.

Aduz que, a despeito da oposição dos embargos de declaração, o Colegiado local deixou de se manifestar acerca da "[...] violação ao art. 245 do antigo CPC, em razão da preclusão da matéria relativa ao cálculo dos prejuízos alegadamente sofridos pelo autor Antonio Jose Felix Mansur, tendo em vista que a nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos [...]" (e-STJ fl. 2.446), bem como de "[...] questões fundamentais ao julgamento da lide, referentes à devida arguição de irregularidades no laudo pericial em momento oportuno [...]" (e-STJ fl. 2.447).

Afirma, ainda, a inexistência de julgamento *citra petita*.

Com contrarrazões (e-STJ fls. 2.463/2.483 e 2.484/2.497).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em

Superior Tribunal de Justiça

9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 3 –, o regime de recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Assiste razão ao agravante.

De início, o Colegiado local assim se manifestou nos embargos de declaração opostos pela parte ora recorrente (e-STJ fls. 2.432/2.433):

[...]

No mérito, contudo, não existe nenhuma omissão, obscuridade ou contradição no acórdão, conceitos que não podem ser confundidos com o de "irresignação" com o resultado do julgamento, pois as matérias de fato e de direito, que ora se intenta reagitar, foram todas abordadas e decididas na decisão colegiada, havendo enfoque dos pontos controvertidos, dos dispositivos legais pertinentes e das provas produzidas nos autos.

Isto porque, ao contrário do alegado, a sentença foi anulada por ter sido omissa ao não se manifestar sobre um dos pedidos formulados por um dos demandantes, devidamente constituído nos autos.

E com efeito, por força do artigo 1.022 do Novo Código de Processo Civil, consubstancia esse recurso instrumento processual adequado a escoimar o julgado de vício intrínseco efetivo entre a fundamentação e o dispositivo, e não a acolher irresignação contra o re julgamento da causa, somente porque discorda o vencido da solução a que, fundamentadamente, chegou a c. Câmara; nem a admitir, como se vício fosse, essa mesma irresignação, de cunho gritantemente protelatório.

Sobre o tema, confira-se o seguinte precedente do colendo Supremo Tribunal Federal, que lançou a pá de cal sobre toda e qualquer controvérsia que, acerca do tema, se pudesse tentar reagitar:

[...]

Insta salientar que, até há pouquíssimo tempo era sustentável a dicotomia reinante no âmbito do Tribunal Superior e da Suprema Corte, no que concernia à necessidade de prequestionamento para fins de interposição dos respectivos recursos de sobreposição.

Enquanto o colendo Supremo Tribunal Federal consagrou, na Súmula n.º 356, o instituto do prequestionamento ficto, segundo o qual basta a

Superior Tribunal de Justiça

iniciativa da(s) parte(s), mediante a interposição do recurso de embargos de declaração, para suprir o requisito de cabimento dos recursos de sobreposição de sua competência, o egrégio Superior Tribunal de Justiça prestigiava, na Súmula n.º 211, o denominado prequestionamento explícito, exigindo que a decisão embargada tratasse expressamente da matéria alegada como omissa (desde que pertinente) e devolvia os autos aos Tribunais de Justiça.

Dessarte, quanto ao requerimento da embargante no sentido de prequestionar o art. 245 do antigo Código Civil, o Novo Código de Processo Civil consagra o instituto do prequestionamento ficto (art. 1.025, assim redigido):

[...]

Préquestionados, portanto, estarão todos os pontos aventados nos embargos de declaração, mesmo que este recurso não seja provido, convindo, ainda, observar a importante reflexão de Aluísio Gonçalves de Castro Mendes e Sofia Temer, na obra "Comentários ao Novo Código de Processo Civil", coordenada por Antonio do Passo Cabral e Ronaldo Cremer (Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 1516):

[...]

Verifico que procede a alegação de violação ao artigo 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015, quanto à omissão do Tribunal de origem acerca das matérias suscitadas nos embargos de declaração de fls. 2.422/2.425 (e-STJ), tendo em vista que o Colegiado estadual, instado a se pronunciar sobre os temas ali ventilados, os quais são essenciais ao deslinde da controvérsia, não os enfrentou de forma suficiente e fundamentada.

Dessa forma, considerando que não cabe a esta Corte Superior reexaminar fatos e provas, tampouco se pronunciar sobre matérias não prequestionadas, verifico que a questão deve ser analisada pelo Tribunal de origem.

Cabe ressaltar que, nesses casos, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça preconiza o retorno dos autos ao Colegiado estadual para novo exame dos embargos de declaração.

Nesse sentido:

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA QUE SE PRONUNCIE SOBRE AS QUESTÕES ESSENCIAIS AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. INOVAÇÃO RECURSAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõe o art. 535, I e II, do CPC.

2. O Tribunal *a quo*, a despeito da oposição de embargos declaratórios, deixou de emitir juízo de valor especificamente sobre questão federal suscitada nos autos e relevante para o deslinde da controvérsia. Necessária a anulação do acórdão dos embargos de declaração, para que outro seja proferido, com expresse julgamento da questão assinalada. Ausência de inovação recursal.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp n. 782.987/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 26/2/2016).

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015 CONFIGURADA. ACÓRDÃO ESTADUAL OMISSO QUANTO A PONTO ESSENCIAL AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Decisão atacada que deu provimento ao recurso especial da parte ora agravada para, reconhecendo violação ao art. 1.022 do CPC/2015, anular o acórdão que julgou os aclaratórios e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para novo julgamento dos embargos de declaração, como entender de direito, sanando a omissão reconhecida.

2. Fica configurada a ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o Tribunal *a quo*, apesar de devidamente provocado nos embargos de declaração, não se manifesta sobre tema essencial ao deslinde da controvérsia.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp n. 1.754.832/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 28/3/2019, DJe 11/4/2019).

Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, a análise das demais teses aventadas no recurso especial fica, portanto, prejudicada.

Em face do exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos para novo exame dos embargos declaratórios, devendo o Tribunal de origem deliberar sobre a omissão apontada.

Intimem-se.

Brasília, DF, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

